



Plenário analisa responsabilização de sócio por fraude

Regras para evitar impunidade de empresários que cometerem atos ilícitos utilizando a pessoa jurídica estão na pauta, juntamente com projeto sobre revisão periódica de gastos públicos

Projetos que estabelecem regras e detalham ritos processuais para responsabilização de sócios que se utilizarem da empresa para a prática de fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio, tramitam em regime de urgência e estão na pauta de hoje do Plenário.

A legislação já prevê a chamada desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, não delimita normas e ritos para a aplicação da medida, o que estaria

gerando controvérsias.

Uma proposta que obriga o governo a enviar ao Congresso anualmente o Plano de Revisão Periódica de Gastos, que deve servir de base para avaliar a continuidade ou não de programas públicos, também está na pauta em regime de urgência.

O Plenário pode analisar ainda a concessão do título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana para Nova Veneza, em Santa Catarina. **3**

Projeto separa cobrança de água e de esgoto **8**

Para especialistas, escola deve se unir à comunidade **7**

Comissão discute formação de professores **7**

Famílias pedem centros públicos de referência em autismo



O Senado acaba de transformar em projeto de lei uma sugestão popular que pede a abertura obrigatória de pelo menos um centro de referência em autismo em cada estado. Atualmente, o SUS oferece terapias aos

autistas nos Caps, ambulatórios especializados no tratamento de pessoas com transtornos psiquiátricos, incluindo viciados em drogas. Para as famílias, esses ambientes são inadequados para os autistas. **4 e 5**



Pillar Pedreira/Agência Senado

Miguel, autista, toma 7 ônibus por dia com a mãe para ir às terapias

Transposição do Rio Tocantins é tema de debate

A Comissão de Infraestrutura faz audiência pública hoje para debater os efeitos de uma eventual transposição das águas do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.

A transposição é objeto de uma proposta em análise na comissão. O objetivo é assegurar a navegação do São Francisco até o Rio Amazonas. Mas a relatora do

texto, Kátia Abreu, quer ouvir especialistas para avaliar se a doação de água não será prejudicial ao meio ambiente, à população e à economia do estado do Tocantins. **8**



Rio Tocantins poderá ceder águas a outra bacia, de acordo com proposta em análise na Comissão de Infraestrutura

Audiência pública busca formas para reduzir o spread bancário

Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos debate novos caminhos para redução do *spread* bancário, a diferença entre os juros cobrados pelo banco ao emprestar e a taxa que o banco paga ao captar

dinheiro. O senador Armando Monteiro disse que propôs o debate porque o país está em período de redução dos juros básicos e inflação ancorada nas metas determinadas pelo Banco Central. **3**

Indígenas pedem mais autonomia e querem terras demarcadas

Garantia de acesso a recursos naturais e a demarcação de terras para diminuir a violência, aumentando a autonomia. Essas foram as demandas dos representantes de povos indígenas ouvidos ontem em debate na Comissão de Direitos Humanos. **6**

Escolha de plano de telefone celular pode ficar mais fácil

A Comissão de Ciência e Tecnologia pode votar hoje projeto que obriga empresas de serviços de telecomunicações, como telefonia, internet e TV a cabo, a apresentar informações e valores de maneira que facilite a compreensão pelo consumidor. **3**



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.



Sessão especial evidencia papel das tradições gaúchas

Centros de tradição e entidades de preservação da cultura do Rio Grande do Sul foram homenageados no Plenário. Os senadores destacaram contribuição do estado ao país em várias áreas, como agricultura

O ESTUDO E o aprofundamento da compreensão sobre a cultura de uma sociedade podem servir como uma das bases de seu modelo educacional e levar a uma economia mais inclusiva, disse a senadora Ana Amélia (PP-RS) na sessão especial no Senado de ontem que homenageou os grupos dedicados à preservação e à divulgação das tradições gaúchas.

Foram homenageados especialmente os centros de tradição gaúcha (CTGs), pelos 70 anos do 35 CTG, o primeiro a ser criado; a Comissão Gaúcha do Folclore, também com 70 anos; o Partenon Literário, com 150 anos de fundação; e a Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, que tem 80 anos.

Autora do requerimento para a homenagem, ao lado dos senadores Lasier Martins (PSD-RS) e Paulo Paim (PT-RS), Ana Amélia lembrou que os CTGs, devido à “diáspora” de gaúchos, têm nas últimas décadas enriquecido a cultura de todo o Brasil com a força das tradições sul-rio-grandenses.

— A presença dos gaúchos Brasil afora é enorme, contribuindo especialmente no desenvolvimento da agricultura em diversas localidades. Não há nenhum estado em que não exista ao menos um CTG, graças à diáspora de bombachas — disse a senadora, acrescentando que o “espírito gaúcho” já se faz sentir mundialmente, pois ela já visitou CTGs até na China, na Rússia e nos Estados Unidos.



Convidados e Ana Amélia (C), presidindo a sessão, ouvem o Hino Nacional

O papel desses movimentos culturais na transmissão de valores aos mais jovens também foi enfatizado pelo presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, Nairioli Callegaro. Especialmente no mundo de hoje, diz ele, pois as novas gerações, graças ao grande desenvolvimento das tecnologias da informação, podem desgarrar-se de sua própria cultura.

— Não devemos nos comportar como um clube associativo. Temos que nos propor à transformação social, a sociedade brasileira clama por isso. E não podemos ficar para trás, temos que nos inserir nesses tempos de mudança e ser percebidos como uma cultura viva pelos mais jovens — disse Callegaro, lembrando que os primeiros CTGs, abertos por jovens gaúchos na década de 40, souberam conciliar a tradição com a modernidade.

Paulo Paim declamou um poema dele em homenagem

às tradições gaúchas e lembrou que o povo do estado, “onde quer que se encontre, sempre leva um pedaço do Rio Grande com ele, é umbilicalmente ligado a suas terras, seus valores”.

Modernidade

Para a patroa do 35 CTG, Gleicimary Borges, o movimento tradicionalista gaúcho adquiriu uma dimensão tão expressiva que tornou-se “a maior manifestação sócio-cívica-cultural de um povo em todo o mundo”. Ela também entende que a modernidade impõe novos desafios, por isso os galpões dos CTGs devem estar “sempre e totalmente abertos, como templos da cultura gaúcha”.

A escritora Dinara da Paixão, do Partenon Literário, lembrou que a instituição já participava de campanhas antirracistas, por direitos feministas e por uma maior inclusão educacional ainda no século 19, pautas que permanecem atuais.

Congresso recebe alteração à lei dos agentes de saúde

O governo federal editou a Medida Provisória 827/2018, que altera a regulamentação das profissões de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. De acordo com a norma, será obrigatória a presença de agentes de saúde no Estratégia de Saúde da Família — macroprograma de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) — e de agentes de endemia na estrutura de

vigilância epidemiológica. De acordo com o governo, a MP é fruto de negociação com os agentes comunitários de saúde após os vetos presidenciais à Lei 13.595/2018, que também alterou pontos da regulamentação da categoria. Os vetos foram feitos, segundo o Executivo, para preservar a autonomia de estados e municípios sobre o trabalho dos agentes comunitários. Alguns dos vetos presidenciais foram

derrubados pelo Congresso no início do mês.

Além disso, a medida, conforme o governo, assegura os direitos e as competências dos agentes sem ferir a autonomia dos entes federativos envolvidos.

A MP 827/2018 será analisada agora em uma comissão mista. Depois, seguirá para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Da Agência Câmara

Reforma trabalhista: governo usará decretos, diz Jucá

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o presidente Michel Temer deverá editar uma série de decretos e outra medida provisória para manter a validade dos pontos da MP sobre a reforma trabalhista

que expirou ontem. Editada em novembro, a MP 808/2017 não foi votada por falta de acordo. Entre os itens suspensos, estão a definição da jornada 12x36 horas por convenção, a atuação de grávidas e lactantes em trabalho insa-

lubre e a remuneração com base no teto da Previdência.

Até que haja uma definição por parte do Planalto ou do Congresso, valem as regras sancionadas em julho do ano passado, que entraram em vigor em novembro.

Rose anuncia que deixa o PMDB para se filiar ao Podemos

Rose de Freitas (ES) anunciou em Plenário que deixou o PMDB e filiou-se ao Podemos, partido pelo qual pretende se candidatar ao governo do Espírito Santo. A senadora enalteceu a trajetória do PMDB no combate ao regime militar e na restauração da democracia, o que a levou a escolher o partido para “enfrentar a tirania”. E lembrou que, no PMDB, conquistou seu primeiro mandato eletivo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sandoval denuncia aumento dos casos de bullying em São Paulo

Airton Sandoval (PMDB-SP) lamentou que as escolas públicas estaduais de São Paulo tenham registrado 484 casos de bullying em 2016 e 564 em 2017. De acordo com o senador, os números se referem a denúncias de alunos à direção das escolas. Sandoval disse que, no ano passado, mais de 52 mil profissionais foram qualificados para lidar com a violência nas escolas do estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Hélio José, Brasília é criticada injustamente

Hélio José (Pros-DF) prestou homenagem ontem a Brasília, que completou 58 anos no sábado. Ele enalteceu a história da capital, fundada em 1960 por Juscelino Kubitschek. Para o senador, Brasília sofre críticas injustas relacionadas aos gastos públicos.

— Aqui nós temos pessoas de todas as regiões do país. O Brasil tem a quinta maior extensão territorial do planeta, de modo que a melhor posição para o exercício do poder é um ponto central, que é o caso de Brasília — declarou.

Telmário questiona benefícios do Uber no Aeroporto de Manaus

Telmário Mota (PTB-RR) protestou contra uma medida do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, que direciona passageiros diretamente da esteira de bagagens para uma porta exclusiva do sistema Uber. Ele disse que foi procurado por taxistas amazonenses, que pediram apoio pelo fim do direcionamento. Para o senador, a medida “culminará com o fim dos taxistas”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Verba para o setor de transportes

9h Entre 17 itens, o PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura de transportes coletivos.

CTFC Reajuste em planos de saúde

9h Audiência interativa sobre aumento nas mensalidades dos planos de saúde dos servidores federais do Executivo.

CAE Intermediação financeira

10h Audiência interativa sobre custos da intermediação financeira. Após, 12 itens.

CE Formação de professores

10h30 Audiência interativa sobre a descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

CRA Política pública

11h Análise de plano de trabalho para avaliação de política pública. Após, pauta de 7 itens.

MP 812/2017 Fundos constitucionais

11h Análise de relatório.

CMA Patentes verdes

11h30 O PLS 158/2012, que concede prioridade ao exame do pedido de patentes verdes, é um dos 13 itens.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 428/2017 — Complementar, sobre o Plano de Revisão Periódica de Gastos, está na pauta.

CCT Outorga de TV educativa

14h30 Entre 29 itens, o PLC 91/2017, que estende a todas as instituições de ensino superior a possibilidade de receber outorga de canal de rádio ou TV educativa.

CDH Segurança e saúde no trabalho

14h30 Audiência interativa para discutir segurança e saúde no trabalho.

CI Transposição

15h Audiência interativa sobre o PLC 138/2017, que trata da transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.

MP 814/2017 Venda da Eletrobras

15h Análise de relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário analisa responsabilização de sócios

Senadores devem votar regras para não deixar impunes sócios que usarem a empresa para fraudes. Projeto sobre revisão de gastos públicos também está na pauta de hoje

O SENADO DEVE votar esta semana regras para que administradores e sócios que cometerem fraudes utilizando a empresa sejam responsabilizados. Na semana passada, os senadores pediram um tempo extra para estudar a proposta, que tramita em regime de urgência.

O projeto (PLC 69/2014) prevê regras específicas para não deixar impune quem se aproveita da pessoa jurídica para cometer atos ilícitos ou abusivos em proveito próprio.

O relator da proposta, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), observou que, apesar de a chamada desconsideração da personalidade jurídica já existir na legislação brasileira, não são definidas as normas e ritos para aplicação da medida, o que acaba causando polêmica e controvérsias.

O senador disse que, da forma como está a lei, sócios que não estão envolvidos no processo de fraude podem ser prejudicados.



Jonas Pereira/Agência Senado

Pauta tem ainda a concessão do título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana para Nova Veneza (SC)

— O projeto deixa claro que os bens particulares do sócio ou administrador que não tenha praticado ato abusivo em nome da empresa estão preservados.

Também está na pauta do Plenário projeto que obriga o governo a enviar ao Congresso, anualmente, o Plano de Revisão Periódica de Gastos,

que deve servir de base para avaliar a continuidade ou não de programas federais. O PLS 428/2017 — Complementar, de José Serra (PSDB-SP), também tramita com urgência e teve a votação adiada na sessão do dia 18.

A proposta tem voto favorável do relator, Armando Monteiro (PTB-PE). Para ele,

com a revisão anual, poderão ser encontrados espaços para novas despesas e novos programas, garantindo mais eficiência e dinamicidade aos gastos públicos. Armando sugeriu emenda para obrigar que sejam avaliadas também a economicidade e a sustentabilidade fiscal das maiores e mais relevantes políticas

públicas do governo federal.

Contrário ao projeto, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou emendas, sugerindo avaliação do impacto nas políticas públicas. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também se disse contrário ao texto.

Gastronomia

A concessão do título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana para Nova Veneza (SC), prevista no PLC 123/2017, também deve ser analisada pelo Plenário.

Desde 2004, a cidade promove a Festa da Gastronomia Típica Italiana, em que durante três dias há shows, desfiles, atividades folclóricas e comidas típicas. Realiza ainda o Carnevale di Venezia, a única comemoração no estilo feita fora da Itália. Mais de 200 mil pessoas participaram do último evento e os restaurantes de Nova Veneza passaram a assumir importância gastronômica nacional, servindo diariamente cerca de 10 mil pratos.

Projeto facilita escolha de plano de telefone, internet e TV a cabo

Empresas que prestam serviços de telecomunicações, como telefonia, internet e televisão paga, podem ser obrigadas a apresentar as informações técnicas e de preços de uma maneira que facilite a compreensão pelo usuário. O projeto que determina essa mudança está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia. A reunião está marcada hoje, às 14h30.

O PLS 662/2011, de Ângela Portela (PDT-RR), altera a Lei Geral de Telecomunicações e delega à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados. A intenção, disse a senadora, é facilitar a compreensão, a comparação e a seleção do produto mais adequado a cada usuário.

O projeto classifica como condutas prejudiciais à concorrência a omissão de

informações técnicas e de preços, bem como a oferta de serviços em formato que dificulte a comparação com outras alternativas do mercado. Também será da Anatel a responsabilidade de fazer recomendações às empresas quando houver solicitação de entidade de defesa do consumidor.

O relator, Paulo Rocha (PT-PA), sugere que o projeto seja aprovado apenas com uma emenda de redação, sem as mudanças aprovadas antes pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Na avaliação do senador, as emendas descaracterizariam o texto.

Depois de votado pela CCT, o projeto poderá seguir direto para análise da Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Texto prioriza gasto com saúde, educação e segurança

Pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que garante prioridade aos gastos com saúde e educação na execução orçamentária dos entes federativos. O texto, que já havia sido aprovado pela comissão, voltou à pauta para a análise de uma emenda de Plenário que inclui a segurança pública nessa relação.

O PLS 329/2017 — Complementar, de Rose de Freitas (PMDB-ES), determina que União, estados e municípios

assegurem preferência às programações referentes aos serviços de saúde e educação ao aprovar o quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária ficará autorizada a usar.

A emenda, de Telmário Mota (PTB-RR), acrescenta a segurança pública ao rol de prioridades do texto original. O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), destacou que a deterioração das condições de segurança afeta a atividade econômica e debilita o orça-

mento público. Ele disse considerar que, assim como a saúde e a educação, a segurança se configura um investimento de alto retorno.

Com a aprovação do projeto, não havendo recursos para cobrir todas as despesas obrigatórias, a prioridade recairá sobre as ações de educação, saúde e segurança. Assim, em uma eventual situação em que as despesas obrigatórias superem a arrecadação, por exemplo, essas três áreas serão as últimas afetadas.

Redução do spread bancário é tema de debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz hoje, às 10h, audiência pública para debater novos caminhos para redução do *spread* bancário — diferença entre os juros cobrados pelo banco ao emprestar e a taxa que o banco paga ao captar dinheiro.

Armando Monteiro (PTB-PE), que pediu o debate, disse considerar o tema oportuno porque o país está em um período de redução dos juros básicos e inflação ancorada nas metas determinadas pelo Banco Central.

Foram convidados o presi-

dente da Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal; o professor Vinicius Carrasco, da PUC-Rio, e o responsável pelas relações institucionais do Nubank, Bruno Magrani.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MP dos fundos constitucionais pode ir à Câmara

Está marcada para hoje, às 11h, a votação do relatório a respeito da medida provisória (MP) que regulamenta os fundos constitucionais de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A MP 812/2017 estabelece um critério objetivo para o cálculo, levando em consideração as desigualdades regionais.

A medida, que pod ir à Câ-

mara, altera a lei que criou os fundos constitucionais para desenvolvimento econômico e social dessas regiões. As mudanças são no cálculo dos encargos financeiros não rurais, à exceção do financiamento estudantil, dos três fundos. Os encargos serão baseados no cálculo da Taxa de Longo Prazo (TLP).

O texto determina também que as taxas de administra-

ção dos bancos responsáveis pelos fundos serão reduzidas gradativamente de 3% ao ano em 2018 até 1,5% ao ano em 2023. As novas regras começaram a valer para operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Foram apresentadas 35 emendas à medida. A responsável pelo relatório será a deputada Simone Morgado (PMDB-PA).



Pedro Franco/Agência Senado

Pelo projeto, opção por plano de operadora de celular fica mais simples

Sete ônibus por dia

Genilda Gomes mora em Luziânia (GO) e todos os dias viaja com o filho, Miguel, para Brasília. Na capital federal, a 60 quilômetros de casa, o menino frequenta escola, natação, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo. Mãe e filho chegam a pegar sete ônibus num único dia. "As viagens deixam o meu filho tão exausto que ele acaba não rendendo tanto quanto poderia na escola e nas terapias", afirma a mãe. Por causa da rotina, ela teve que abandonar o trabalho numa fábrica.



Famílias sonham com clínica-escola gratuita para autistas

Senado estuda projeto que obriga SUS a abrir centros de referência em autismo. Pais hoje se desdobram para levar filhos a terapias em diferentes lugares, incluindo ambulatórios frequentados por viciados em drogas

Ricardo Westin

OS PAIS DE Rafael não perderam tempo. Assim que receberam dos médicos o diagnóstico de que o filho, perto dos 3 anos de idade, era autista, correram para tratá-lo com um batalhão de especialistas. Rafael foi inscrito numa instituição particular no Rio de Janeiro, mistura de clínica e escola, onde passava boa parte do dia entre psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos e psicopedagogos.

Os resultados foram fabulosos. Deixou de ser um menino mudo, com dificuldade para caminhar e fechado em si mesmo. Aprendeu a falar, andar e interagir com as pessoas. Os estímulos atenuaram tanto o seu autismo que hoje, aos 22 anos, Rafael acaba de receber o diploma universitário. Formou-se em letras.

Mesmo tendo chegado tão longe, o pai, Ulisses Batista, se culpa por não ter conseguido oferecer ao filho um leque ainda mais variado de tratamentos.

— Eu só conseguia arcar com quatro horas de estimulação por dia. Gostaria de ter podido pagar por seis, oito horas, mas o salário não dava — diz Batista, que é militar e autor do livro *Autismo no Brasil, um Grande Desafio* (Wak Editora). — Quanto mais dinheiro a família do autista tem, mais ela gasta. Ganhando R\$ 2 mil ou R\$ 20 mil, o dinheiro vai todo para o tratamento.

Rafael, porém, é uma exceção. Poucos autistas brasileiros têm acesso ao tratamento integral. Primeiro, porque são raros os centros dedicados ao autismo. Depois, porque, quando existem, são privados e caros.

Segundo o governo, a grande maioria dos brasileiros (77%) é dependente da rede pública de saúde. O restante das pessoas (23%) tem plano de saúde, mas isso não significa que os seus convênios cubram ou que elas consigam pagar do próprio bolso o tratamento particular.

— O resultado é que uma parte considerável dos autistas, sem acesso às terapias adequadas, não se desenvolve, não ganha autonomia, não se integra à sociedade — diz Fernando Cotta, presidente da ONG Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

Para amparar os autistas desassistidos, o Senado começou a estudar um projeto de lei que obriga cada estado a construir pelo menos um centro de assistência integral (PLS 169/2018).

Trata-se, originalmente, de uma sugestão apresentada ao Senado por uma mulher do Ceará por meio do Portal e-Cidadania. No dia 4, a Comissão de Direi-

tos Humanos (CDH) decidiu transformá-la em projeto de lei.

A relatora da sugestão na CDH foi a senadora Regina Sousa (PT-PI). Ela prevê que tentarão derubar o projeto sob o argumento de que uma lei federal não pode criar despesas para os estados.

— Os centros de referência em autismo não exigirão gastos extras — assegura. — Bastará que os estados façam o remanejamento de servidores e a adaptação de prédios públicos já existentes.

Estatísticas

No dia 13, o governo sancionou uma lei aprovada pelo Congresso que transforma o 2 de abril no Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo (Lei 13.652).

O poder público não sabe quantos autistas há no país. Estudos feitos no exterior indicam uma prevalência de 62 autistas para cada grupo de 10 mil pessoas. Considerando a estimativa, o Brasil teria 1,3 milhão de pessoas com autismo — o mesmo que a população de Campinas (SP).

O autismo é um transtorno que resulta de falhas no desenvolvimento do cérebro do bebê e se caracteriza por alterações de comportamento e dificuldades de comunicação e interação social. A intensidade dos sinais varia bastante, indo do autista que leva uma vida muito próxima do normal ao autista que não pode viver sem a vigilância constante da família.

Como nos primeiros anos de vida o cérebro tem uma plasticidade extraordinária, é imprescindível que o transtorno seja detectado o mais cedo possível e a estimulação comece logo na primeira infância. Com estímulos adequados, os sinais do autismo são atenuados e podem até ser revertidos. Sem os estímulos, os sinais pioram. Não há cura.

Dada a escassez de centros especializados, muitos pais são forçados a sacrifícios para oferecer aos filhos ao menos o tratamento básico.

A técnica em química Genilda Gomes não encontrou opções satisfatórias para Miguel, de 6 anos, em sua cidade, Luziânia (GO), e concluiu que, se quisesse que ele se desenvolvesse, teria que levá-lo todos os dias a Brasília.



Regina Sousa pede criação de centros públicos de tratamento do autismo

A 60 quilômetros de casa, Miguel tem aulas de natação, recebe reforço educacional com psicopedagogo, se trata com terapeuta ocupacional e se consulta com psicólogo — além de frequentar uma escola pública, onde está sendo preparado numa sala de aula especial para um dia juntar-se a uma turma regular.

Cada atividade fica num bairro de Brasília. Os trajetos são percorridos em ônibus. Mãe e filho saem de casa pela manhã, às 8h, e só voltam à noite, às 19h. A rotina forçou Genilda a abandonar o trabalho numa fábrica de alimentos.

— É exaustivo para nós dois. Tanto que o Miguel não rende tanto quanto poderia nos tratamentos e na escola porque já chega cansado — conta.

A escola e a natação são oferecidas pelo governo. O psicopedagogo, o terapeuta ocupacional e o psicólogo, por instituições filantrópicas que cobram uma

taxa simbólica. Se fossem pagos, a família não conseguiria arcar com os serviços. Por falta de dinheiro, o menino não frequenta sessões de fonoaudiologia. Miguel até hoje não fala.

A dona de casa Adriana Abreu passa por um drama parecido. Ela vive no Riacho Fundo (DF) e também faz inúmeras viagens de ônibus para levar os dois filhos autistas — Elias, de 8 anos, e Camila, de 6 — para o tratamento. Ela ouve insultos com frequência:

— Somos chamados de mal-educados por estarmos sentados no assento reservado. Sempre que os meus filhos ficam nervosos e começam a gritar ou se debater, algum passageiro me acusa de ser uma mãe permissiva, que não sabe dar limites. Os autistas são sensíveis ao barulho, e o ônibus cheio equivale a uma sessão de tortura. Muita gente não acredita quando explico que eles têm deficiência. Nem sei quantas vezes chorei no ônibus.

Graças à mobilização de pais e mães, os autistas conseguiram em 2012 uma lei federal que lhes garantiu uma série de direitos (Lei 12.764), entre os quais o diagnóstico precoce e o tratamento multiprofissional. A conquista foi reforçada três anos depois pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146), o grande marco na proteção das pessoas com deficiência em geral.

Reforma psiquiátrica

Para atender a lei de 2012, o que o governo fez foi direcionar os autistas aos centros de atenção psicossocial (Caps), ambulatórios municipais ou estaduais que cuidam de pessoas com transtornos mentais, incluindo viciados em álcool e drogas.

Os Caps se disseminaram pelo Brasil, após a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216), de 2001. Os doentes mentais deixaram de ser internados nos hospitais e passaram a ser tratados nesses ambulatórios.

A solução não deixou os pais dos autistas satisfeitos. Eles avaliam que os Caps são inócuos e estão longe de ser centros de referência. O tratamento não é integral, as consultas são esparsas e rápidas, o aspecto educacional é ignorado e o ambiente é impróprio para os autistas.

— Na época em que a minha filha frequentava o Caps, também se tratava lá um adolescente imenso que era viciado em crack e botava medo em todo mundo. Quando tinha crise de abstinência, ele espancava até os terapeutas. Aquele lugar era um terror — lembra a ex-gerente de vendas Eunice de Souza, que mora no Rio de Janeiro.

A filha, Marcelle, hoje tem 27 anos. Ela se tratou num Caps dos 11 aos 17 anos. As terapias ocorriam uma vez por mês e não duravam, juntas, mais de uma hora. O Caps não ensinou Marcelle a falar nem lhe tirou a perigosa mania de se machucar.

— Vi logo que o Caps para autistas era enganação. Nem psiquiatra conseguiram contratar — diz Eunice. — A gota d'água para eu desistir desse tratamento foi o dia em que abriram o portão e vi a minha filha lá dentro nua, no meio de um monte de gente. Foi o pior momento da minha vida. Disseram que era normal no autista. Eu sabia que não era normal, pois ela nunca havia feito aquilo. Em vez de melhorar no

Caps, a minha filha piorou.

Hoje o tratamento de Marcelle se resume às idas mensais ao psiquiatra, que cobra R\$ 170. Os remédios para controlar o comportamento autoagressivo e tratar as feridas consomem R\$ 600 do orçamento mensal. É o que Eunice pode dar à filha.

A clínica-escola gratuita sonhada pelas famílias dos autistas não é utopia. Há quatro anos, existe uma instituição desse tipo em Itaboraí (RJ), nos moldes do que está previsto no projeto de lei do Senado. Os atendimentos são pagos pela prefeitura. Atualmente, 160 autistas estão em tratamento, e uma fila grande espera novas vagas. Perto de 25 especialistas respondem pelos tratamentos.

De manhã, os autistas passam por diversas terapias. À tarde, aqueles que ainda não frequentam a escola têm aulas individuais para que superem as deficiências na aprendizagem e sejam incluídos no ensino regular. As famílias participam de cursos de culinária, nos quais aprendem a preparar alimentos sem glúten e proteína do leite. Estudos indicam que as substâncias podem agravar os comportamentos típicos dos autistas.

— No início, toda hora tínhamos que correr para as salas para conter autistas em crise. Como resultado das terapias e da alimentação, isso cessou. Faz tempo que não temos episódios de crise — explica Berenice Piana, idealizadora da clínica-escola e militante que lutou pela aprovação da lei federal pró-autista de 2012 (também chamada de Lei Berenice Piana).

Itaboraí vem recebendo preferidos, profissionais de saúde e ONGs de todo o Brasil interessados em conhecer e copiar o modelo da clínica-escola.

— Uma vantagem aqui é concentrar tudo num lugar. As mães e os pais não têm que ficar correndo com o filho de um lado para o outro, e nenhuma terapia fica faltando — ela diz.

O Ministério da Saúde foi procurado no dia 13 para falar sobre a situação dos autistas, mas até ontem não havia respondido às perguntas feitas pela reportagem.

O projeto que prevê os centros de referência nos estados passou pelas comissões do Senado e depois irá para a Câmara dos Deputados. Sendo aprovado, dependerá da sanção presidencial para virar lei.

Os sinais do autismo

Se os sinais de autismo forem detectados logo nos primeiros meses de vida, a estimulação precoce poderá desenvolver o cérebro do bebê e permitir que o autista tenha uma vida próxima do normal

O bebê pode ser autista quando:



Não sorri em resposta ao sorriso dos pais / Não sustentam contato visual com os pais / Não demonstra interesse por objetos



Não ergue os braços assim que os pais indicam que vão pegá-lo / Não gosta de ser ninado no colo e prefere dormir sozinho no berço / Não fica ansioso quando os pais se ausentam

A criança pode ser autista quando:



Demora para aprender a andar ou falar / Não responde quando chamam seu nome / Tapa os ouvidos quando ouve muito barulho



Não demonstra interesse por outras crianças / Faz movimentos repetitivos com o corpo ou os braços / Não brinca de faz de conta, como fingir que está falando ao telefone ou cuidando de boneca

A presença desses sinais apenas sugere que a criança pode ser autista. Tais comportamentos podem ser sintomas de outros transtornos do desenvolvimento, e não de autismo. O diagnóstico deve ser determinado por um médico especialista.

Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria (adaptado)

Preconceito no transporte público

Os irmãos Elias e Camila são autistas e vivem no Riacho Fundo (DF). A mãe, Adriana Abreu, os leva de ônibus para a escola e os tratamentos, que incluem psicologia e fonoaudiologia. O almoço precisa ser feito entre uma terapia e outra. Mãe e filhos costumam ser insultados nos ônibus por passageiros incomodados com o comportamento das crianças: "Já mandaram meus filhos saírem do assento preferencial e me acusaram de ser uma mãe permissiva, que não sabe educar os filhos".



Saiba mais

Leia cartilha da OAB-DF que elenca os direitos dos autistas:
<http://bit.ly/cartilhaAutismo>

Veja audiência sobre autismo feita pelo Senado no dia 2:
<http://bit.ly/sessaoAutismo>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Debatedores defendem autonomia para indígenas

Participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos disseram que o governo precisa demarcar as terras indígenas para garantir autonomia aos índios e diminuir violência

A DEMARCAÇÃO DE terras e a garantia de acesso aos recursos naturais são a solução para combater a violência contra os índios e fortalecer a autonomia dos povos indígenas, defenderam ontem os participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A defensora pública Daniele Osório trouxe números que retratam a violência contra o indígena no Brasil. Segundo ela, os dados mais estonteantes referem-se aos guaranis-caiúas, etnia que vive em Mato Grosso do Sul.

— O Brasil está em nono lugar em número de homicídios. No município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, que tem a maior reserva guarani-caiúá, esse número sobe. Se considerarmos apenas os homicídios ocorridos na reserva, o Brasil estaria para segundo lugar. Além disso, metade das crianças brasileiras que estão em situação de risco é indígena — informou.

Ela acrescentou que a população indígena é a que menos tem acesso a políticas públicas.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que requereu a audiência, disse que o governo precisa resolver os conflitos indígenas junto aos produtores

agrícolas de forma pacífica.

Segundo o secretário-adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Gilberto Vieira, os índios estão vulneráveis não só em Mato Grosso do Sul. Para ele, na Região Sul, a situação é a mesma:

— Isso também acontece nos municípios de Dourado do Sol e Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul. Temos que lembrar que a demarcação de terras é um direito constitucional. Existem 533 terras demandadas para os índios, mas não há providências para garantia dessas terras.

Críticas

Os debatedores criticaram ainda a aprovação pelo presidente da República, Michel Temer, de parecer da Advocacia-Geral da União (AGU). Segundo o representante do Instituto Socioambiental (ISA), Mauricio Guetta, o parecer vincula toda a administração pública federal ao cumprimento de condicionantes fixadas na Petição 3.388, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, quando a Corte decidiu sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

— O parecer é inconstitucional. A tese ruralista estabelece

o marco temporal de ocupação, exigindo a presença dos índios na área objeto da demarcação no dia 5 de outubro de 1988. Outro julgamento na Segunda Turma do STF estabeleceu que a prova deveria ser sob conflito físico ou demonstração de ação judicial possessória em que o índios questionassem invasões em suas terras. Os índios sequer tinham direito à capacidade postulatória para entrar com ações judiciais até a Constituição de 1988. Como exigir que houvesse ações como essa? — questionou Guetta.

Os participantes comentaram a edição 2018 do Acampamento Terra Livre, que acontece esta semana em Brasília. Há 15 anos a mobilização nacional reúne na capital centenas de representantes indígenas de todo o país.

A coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), Nara Baré, disse que o objetivo do acampamento é disseminar a diversidade sociocultural e pressionar o governo para efetivação dos direitos dos povos indígenas.

— Quando o diálogo não é respeitado, é preciso partir para o enfrentamento. Somos cidadãos brasileiros e merecemos respeito — disse.

Comissão analisa projetos sobre silvicultura e dessalinização

O projeto que retira a silvicultura da lista de atividades poluidoras está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA). A silvicultura é o cultivo de árvores para reflorestamento ou venda da madeira.

A proposta (PLS 214/2015) muda a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981), que hoje classifica a atividade como prejudicial, com potencial médio de utilização de recursos naturais e introdução de espécies estranhas à flora e à fauna brasileiras. Com a modificação, o agricultor que exercer a atividade não vai mais precisar de licença ambiental e deixará de pagar a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

Na opinião do autor do projeto, Alvaro Dias (Pode-PR), a silvicultura é benéfica ao meio ambiente, já que auxilia na preservação dos mananciais e ainda colabora no sequestro de carbono da atmosfera. O PLS 214/2015 tem Acir Gurgacz (PDT-RO) como relator.

Também está na pauta o PLS 259/2015, que incentiva a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o consumo humano

no semiárido e em outros locais sem disponibilidade para atender à demanda. O projeto, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), estabelece o incentivo como diretriz e objetivo da Política Federal de Saneamento.

O texto, que tem como relator João Capiberibe (PSB-AP), também determina que a União deve priorizar o atendimento ao consumo humano no semiárido e em outras localidades com escassez de água quando decidir sobre a alocação de recursos para incentivar a adoção de tecnologias de dessalinização.

Descarte de óleo

Outro item da pauta é o PLS 75/2017, de José Medeiros (Pode-MT), que estabelece o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha.

O relator do projeto, Cristovam Buarque (PPS-DF), recomendou a aprovação, com emendas. A expectativa é de que a iniciativa traga impactos positivos sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras comestíveis. Segundo o parecer do relator, o processamento ambientalmente adequado não chega a 5% do volume descartado.

Criação da política nacional da erva-mate pode ser votada hoje

Projeto que institui a Política Nacional da Erva-Mate está na pauta de hoje da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a partir das 11h. O objetivo do PLC 72/2017 é fomentar a produção sustentável, elevar o padrão de qualidade, apoiar e incentivar o comércio do produto, tradicionalmente consumido na Região Sul.

Pela proposta, são instrumentos da Política Nacional da Erva-Mate: o crédito oficial para produção, industrialização e comercialização; a pesquisa agrícola, bioquímica, farmacêutica e alimentícia; o desenvolvimento tecnológico, agrícola e industrial;

a assistência técnica e a extensão rural; e a capacitação gerencial e a qualificação de mão de obra.

A proposta tem o voto favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS). Para a senadora, a proposta apresenta diretrizes que deverão fortalecer e impulsionar a atividade agrícola tradicional, sendo medida de estímulo à sustentabilidade socioeconômica das comunidades rurais.

Na primeira parte da reunião, a comissão deve analisar o plano de trabalho para avaliação do Garantia-Safra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal.



Senador Paulo Paim preside audiência pública que contou com a participação de várias etnias indígenas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Debate: escola deve se integrar à comunidade

Mundo passa por revolução educacional e ensino deve evoluir para novo paradigma, com aprendizado focado na realidade do aluno, afirmaram especialistas em audiência

A ESCOLA PRECISA evoluir da mera instrução para um novo paradigma de aprendizagem e de comunicação integrado com a comunidade. A avaliação foi feita por especialistas ouvidos ontem em audiência pública sobre as fronteiras da educação no país. O evento integrou o ciclo de debates 2022: O Brasil que Queremos, parceria da Comissão Senado do Futuro (CSF) com a Universidade de Brasília (UnB) e a União Planetária.

O coordenador pedagógico da Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP), o professor José Pacheco explicou o novo formato de ensino que vem sendo implantado no Distrito Federal. A proposta é uma aprendizagem que priorize o envolvimento entre escola e comunidade, sem divisão

de salas, provas ou cadeiras enfileiradas, mas sim “círculos de aprendizado”.

Na opinião de Pacheco, a escola do século 21 é uma instituição de comunidade, voltada para a aprendizagem com foco na realidade local do aluno. A escola, afirmou, tem de se tornar um verdadeiro centro comunitário e atender não só os estudantes, mas também outras demandas da região.

— O CAP surge como nova construção social da aprendizagem, um aprender em comunidade — disse.

Revolução

Para o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância, Fredric Michael Litto, a educação no Brasil está cada vez mais obsoleta. Ele afirmou que o mundo está



Fronteiras da educação no país são discutidas em ciclo de debates promovido pela Comissão Senado do Futuro

passando por uma revolução educacional e a pessoa precisa adquirir, de maneira constante, novos conhecimentos e competências, com aprendizagem durante toda a vida.

Litto defende ser necessário deixar para trás conceitos antiquados como o de que o aluno é um receptor passivo de informações e de que todos os estudantes têm que ser ava-

liados uniformemente.

A aprendizagem centrada na pessoa e no uso de inovação, criatividade e tecnologia no ensino foi defendida pelo presidente da Academia Mundial de Artes e Ciências, Heitor Gurgulino de Souza.

— A educação é a chave, é a base de tudo — disse.

Também participou do debate a assessora do Instituto

de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e professora Márcia Acioli, que falou de sua experiência com educação de jovens que cumprem medidas socioeducativas, incluindo adolescentes internados.

A reunião foi comandada pelo presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF), e teve participação de Cristovam Buarque (PPS-DF).

Comissão vai debater formação de professores

A Comissão de Educação (CE) vai promover uma audiência pública hoje para debater o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. O plano foi criado em 2009 para formar professores da educação básica que atuam sem formação adequada nas escolas de todo o Brasil.

Para o debate, estão convidadas a coordenadora do Fórum Nacional dos Coordenadores do plano, Josenilda Maués, e a vice-presidente da

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marlei de Carvalho.

O presidente do Colégio de Pró-Reitores de Graduação dos Institutos Federais de Ensino Superior, João Alfredo Braida, e o diretor de Formação de Professores da Educação Básica da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Carlos Cezar Modernel Lenuzza, também foram convidados.

A presidente-executiva de Todos pela Educação, Priscila Cruz, e a professora Iolanda Barbosa da Silva, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), completam a lista de debatedores.

A audiência é uma sugestão das senadoras Fátima Bezerra (PT-RN) e Marta Suplicy (PMDB-SP).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Audiência discute hoje acidentes de trabalho

Segurança e saúde no trabalho serão temas de audiência hoje, às 14h30, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da comissão, que quer tratar do assunto sob a ótica das vítimas de acidente e doenças relacionadas ao trabalho.

De acordo com dados do último Anuário Estatístico da Previdência Social (Aepes), durante o ano de 2016 foram registrados 578,9 mil aciden-

tes do trabalho no INSS.

Desse total, 74,5% foram acidentes típicos, 22,7% de trajeto e 2,6% de doenças do trabalho. Ainda segundo a Previdência, em 2017 havia 240.638 trabalhadores afastados do trabalho, recebendo auxílio-doença.

Foram convidados para participar da audiência a vice-coordenadora da Coordenação Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público

do Trabalho, Juliana Oitaven; o chefe da Divisão de Ações Prioritárias da Advocacia Geral da União (AGU), Fernando Maciel; o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva; e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Geap deve explicar reajuste em planos de saúde

O presidente do Conselho de Administração da Geap Autogestão em Saúde, Marcus Vinícius Severo Pereira, participa hoje de audiência na Comissão de Transparência (CTFC) para esclarecer os recentes aumentos das mensalidades e a coparticipação nos planos de saúde dos servidores públicos federais do Executivo. Também foi convidado o defensor nacional de Direitos Humanos da Defensoria Públi-

ca da União (DPU), Eduardo Nunes de Queiroz.

A iniciativa da audiência é de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador explica que a Geap tem mais de 600 mil beneficiários, sendo que quase metade é da faixa etária acima de 60 anos.

“Tais reajustes estão causando um verdadeiro pânico nos servidores de todo o país, uma vez que parte considerável de sua renda, a partir de agora,

está comprometida com o pagamento de custos com saúde, área essencial para o bem-estar de suas famílias” critica Randolfe. O senador acrescenta que, nos últimos três anos, os reajustes no plano foram de aproximadamente 80%, enquanto a inflação acumulada no período foi de menos de 12%.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Fátima anuncia evento pela educação pública

Fátima Bezerra (PT-RN) registrou a realização das etapas estaduais de preparação para a Conferência Nacional Popular de Educação, de 24 a 26 de maio, em Belo Horizonte. “As discussões têm mobilizado gestores, pesquisadores, estudantes e pais em defesa da educação pública”, disse Fátima.

A senadora criticou o MEC por ter alterado, via decreto, a composição do Fórum Nacional da Educação e chamou de autoritária e enganosa a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415, de 2017).

Paim lamenta restrição à compra de frango pela UE

As possíveis repercussões da decisão da União Europeia de não comprar carne de frango de 20 frigoríficos brasileiros foram destacadas por Paulo Paim (PT-RS).

O senador diz concordar com a avaliação da Confederação Democrática Brasileira dos Trabalhadores da Alimentação, de que a medida europeia teve início com a incapacidade do governo brasileiro de conduzir a apuração de irregularidades na fiscalização sanitária — a Operação Carne Fraca — sem prejudicar o setor.

— Estamos falando de 40 mil empregos que irão pelo ralo.

Elmano pede fim do foro privilegiado

Elmano Férrer (Pode-PI) destacou seu apoio à extinção do foro por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado. O senador apontou a importância da aprovação pela Câmara da proposta que trata do tema, apresentada pelo líder do Pode, senador Álvaro Dias (PR). A PEC 10/2013 foi aprovada no Senado em maio do ano passado.

Elmano considerou inaceitável que haja privilégios para as autoridades e disse que, na prática, o foro resulta em impunidade.

Paulo Rocha quer expor “lista suja” do trabalho escravo

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu a criação de uma política de combate ao trabalho escravo no Brasil. Segundo ele, nos últimos cinco anos cerca de 50 mil trabalhadores foram encontrados nessa situação, 80% deles em condições degradantes.

Rocha criticou o presidente Michel Temer por ter tentado, segundo o senador, impedir a publicação periódica da chamada “lista suja dos empregadores”, que submetem seus funcionários a condições análogas às de escravidão.

Cobrança de água e esgoto poderá ser separada

Comissão de Infraestrutura avalia hoje projeto para evitar pagamento por serviços de esgotamento sanitário nem sempre oferecidos. Texto sobre investimento em transporte coletivo também está na pauta

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) pode votar hoje o substitutivo ao projeto que torna obrigatória a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O objetivo é evitar o pagamento por serviços que nem sempre são oferecidos. A cobrança pelo esgotamento se daria apenas quando o serviço for efetivamente prestado.

De acordo com a justificativa do autor, o ex-senador Cyro Miranda (PSDB-GO), a cobrança conjunta não estimula as concessionárias a investir na expansão e na qualidade das redes de coleta e nos sistemas de tratamento.

O PLS 291/2013, relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), determina multa ao proprie-

tário de lote que se recuse a conectar sua edificação à rede de esgotamento. Flexa propôs um substitutivo para também obrigar proprietários de lotes a pagar pela disponibilidade do serviço independentemente da conexão das suas edificações às redes de infraestrutura.

O substitutivo exige o cálculo da tarifa em separado dos serviços, mas a cobrança poderá ser isolada ou conjunta. O relator acredita que, desse modo, fica preservado o objetivo maior do projeto, que é a indução ao tratamento das águas residuárias.

Como se trata de um substitutivo, se for aprovado pela CI, o texto será submetido a turno suplementar antes de seguir para a Câmara.

Também está na pauta da



Obras de drenagem profunda: projeto visa estimular concessionárias a investir nos sistemas de tratamento

comissão um projeto que determina que o governo federal terá de investir pelo menos 5% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados. O

PLS 11/2013 é do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues.

O substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), deixa claro que a obrigatoriedade de aplicação desse percentual mínimo será imposta apenas à União. Estados e municípios ficam dispensados de cumprir

essa cota mínima. Para Raupp, a mudança nas regras pode contribuir de forma decisiva para mitigar o problema do caos urbano em decorrência de engarrafamentos.

O PLS 11/2013 também terá de passar por turno suplementar de votação na CI.

Comissão vota texto sobre privatização da Eletrobras

A comissão mista da medida provisória que permite a privatização da Eletrobras

e de suas seis subsidiárias deve votar hoje o relatório do deputado Júlio Lopes (PP-

-RJ). A MP 814/2017 também reestrutura o setor elétrico na Região Norte.

A intenção de privatizar o sistema, que responde por um terço da energia produzida no Brasil, foi anunciada pelo governo de Michel Temer em agosto. O valor patrimonial estimado da Eletrobras é de R\$ 46,2 bilhões, com ativos que podem somar R\$ 170 bilhões.

Foram apresentadas 158 emendas ao texto. Se aprovada na comissão mista, a MP seguirá para os plenários da Câmara e do Senado.

Audiência pede sustentabilidade no desenvolvimento do Pantanal

Em audiência em Mato Grosso, senadores da Comissão de Meio Ambiente (CMA) defenderam o desenvolvimento econômico com preservação do Pantanal. O senador Pedro Chaves (PRB-MS), que propôs e coordenou o debate, disse que já tem informações para apresentar seu relatório sobre o projeto de lei a respeito da gestão e proteção do bioma (PLS 750/2011).

No dia 14, houve um debate em Mato Grosso do Sul e ontem, em Mato Grosso, para discutir o projeto, do senador licenciado Blairo Maggi (PP-MT), ministro da Agricultura. Foram ouvidos, entre outros, produtores rurais, pantaneiros e ambientalistas.

— Quando dividiram o estado, em 1977, dividiram o bioma Pantanal. Não se divide gestão de bioma. Com isso, Mato Grosso faz uma legislação e Mato Grosso do Sul, outra, quanto à época de piracema [período em que os peixes nadam rio acima para realizar a desova] e outras políticas que são totalmente equivocadas. Com

uma lei federal, vamos unificar e dar segurança jurídica para manter a produção de forma sustentável.

Chaves incluiu no projeto criação do Fundo Pantanal, com verba estimada em R\$ 1,2 bilhão, para compensar o produtor que preservar o bioma.

Wellington Fagundes (PR-MT) observou que o Pantanal está preservado e foi declarado pela Unesco patrimônio natural da humanidade e reserva da biosfera.

— Considero de fundamental importância para a vida do planeta o desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental num dos biomas mais sensíveis do ponto de vista da biodiversidade, que é o Pantanal — disse.

José Medeiros (Pode-MT) disse que é importante ter preocupação tanto com o desenvolvimento da região quanto com a proteção ambiental.

— Mas sem fundamentalismos de parte a parte. Porque o que importa é continuarmos nos desenvolvendo e continuarmos tendo o nosso Pantanal.



Relatório final sobre medida provisória da Eletrobras será analisado hoje

Transposição do Rio Tocantins é tema de debate hoje

Os impactos de uma proposta de transposição do Rio Tocantins serão debatidos em audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI) hoje, às 15h. O debate vai embasar a análise, na comissão, do Projeto de Lei da Câmara 138/2017.

Relatado por Kátia Abreu (PDT-TO), o projeto trata da transposição das águas do Tocantins, na Região Norte, para o Rio São Francisco, na Região Nordeste. A senadora

quer ouvir de especialistas e estudiosos se a doação de água das bacias do estado do Tocantins não será prejudicial ao meio ambiente, à população e à economia. Ela está preocupada com a sustentabilidade do rio e com a interface com a agropecuária e a agricultura irrigada do estado, além da logística de transporte, pesca, energia e abastecimento humano.

Pelo texto, será feita a interligação entre o Rio Preto, na

Bahia, e o Rio Tocantins, para assegurar a navegação do São Francisco até o Rio Amazonas. Outro objetivo é a regularização hídrica do São Francisco.

Foram convidados representantes do Ibama, da Embrapa, da Agência Nacional de Águas (ANA) e dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Relatório de MP sobre o Estatuto da Metrópole será lido amanhã

A comissão mista sobre a medida provisória que altera o Estatuto da Metrópole e a Política Nacional de Mobilidade Urbana se reúne amanhã, quando será analisado o relatório do deputado Fausto Pinato (PP-SP).

Entre outras medidas, a MP 818/2018 amplia de três para cinco anos o prazo para que regiões metropolitanas criem seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado.

A presidente da comissão, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), elogiou a MP e disse crer que sua efetivação, aliada ao programa Avançar Cidades do governo federal, possibilitará o repasse de mais recursos para que os municípios melhorem a infraestrutura de mobilidade urbana.

— A MP é de enorme relevância, porque o Avançar Cidades libera recursos para que as prefeituras possam fazer

inclusive estudos e projetos prévios. A partir daí, será possível o repasse de verbas para a qualificação viária, o transporte público e o não motorizado.

No caso do transporte não motorizado, será possível, por exemplo, a construção ou incremento de ciclovias, assim como a melhoria e manutenção de calçadas. Marta lembra que a maioria das prefeituras não tem recursos sequer para a elaboração de projetos

e que a MP “amarra os fios” para que todo o arcabouço institucional ligado à mobilidade urbana possa sair do papel.

— A MP atende ao pleito municipalista, porque fica desburocratizado o acesso a repasses federais. Os municípios que se juntarem em planos integrados não terão que fazer audiências em todos eles, as assembleias estaduais ganham autonomia nesse planejamento e os prazos todos são ampliados.